

**MEDICINA, NATURALISTAS E VIAGENS FILOSÓFICAS: ARTES DE CURAR,
TAXONOMIAS E HISTÓRIA NATURAL NO ARCABOUÇO INTELECTUAL DO
REFORMISMO ILUSTRADO**

Raíssa Barbosa da Costa¹

José Otávio Aguiar²

Universidade Federal de Campina Grande

raissabcosta@gmail.com

j.otavio.a@hotmail.com

O século XVIII, quando falamos em ciência e mais precisamente na História Natural³, vai representar o apogeu desta e das teorias de classificação e descrição dos seres vivos. O interesse pelo conhecimento das espécies vegetais e minerais não ficava restrito apenas ao mundo científico, a Europa, ou melhor, a elite “esclarecida” européia, estava interessada na catalogação dos seres assim como dos minerais, arquivando as informações em seus gabinetes de ciência, para que estas pudessem ser comparadas e reconhecidas internacionalmente.

¹ Aluna do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Campina Grande. Bolsista de Iniciação Científica vinculado ao PIBIC/UFCG/CNPq

² Orientador do presente artigo. Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG, Pós-Doutorando em História pela UFPE. Professor do curso de graduação e de Mestrado em História UAHG/UFCG, professor do Mestrado e Doutorado em Recursos Naturais / UFCG.

³ Esse é um termo genérico utilizado para o que é hoje geralmente visto como um conjunto variado de disciplinas científicas distintas. A maior parte das definições incluem o estudo das coisas vivas (ex: biologia, incluindo botânica e zoologia), enquanto que outras definições estendem o conceito até incluir a paleontologia, a ecologia ou a bioquímica, bem como partes da geologia e da física e até mesmo da meteorologia. Nos séculos XVIII e XIX, os profissionais especializados em História Natural, os chamados naturalistas, utilizavam o termo para se referir aos estudos de natureza científica e se contrapor à história eclesiástica e apaixonada, sem fundamentação empírica, como é o caso dos estudos do cientista viajante Manuel Arruda da Câmara cujos esforços seguem essa perspectiva empirista. Para maior aprofundamento da questão ver um interessante artigo que discute as observações e teses do naturalista no contexto das diversas doutrinas químicas e fisiológicas do final do século XVIII. O trabalho objetiva repensar especificamente o debate travado entre as diversas teorias que serviram de pano de fundo das relações entre a Química e a Fisiologia da época. Cf. ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; MAGALHÃES, Francisco de Oliveira. As “disquisitiones” do naturalista arruda da câmara (1752-1811) e as relações entre a química e a fisiologia no final do século das luzes. In: *Revista Química Nova*. 20 (4), 1997. p. 445-451

Países como Portugal vivenciaram, no decorrer desse século das Luzes, o surgimento de variados projetos científicos. Falando mais precisamente do caso português, tais projetos de reformas estruturais foram comandados por intelectuais-políticos como Dom Rodrigo de Souza Coutinho e Marquês de Pombal, este quando nomeado Secretário de Estado do Rei D. José I (1714-1777), em 1772, decretou a reforma da Universidade de Coimbra, do currículo da universidade, convidando Domingos Vandelli, um correspondente de Carlos Lineu, para lecionar disciplinas como História Natural e Química na Faculdade de Filosofia, além de nomear o mesmo como responsável para organização do Jardim Botânico, do Museu de História Natural e do Laboratório de Química daquela universidade. Tais reformas atraíram um significativo número de estudantes, muitos provenientes das colônias do sul da América, como o próprio Manuel Arruda da Câmara⁴ e o Alexandre Rodrigues Ferreira, estes homens nascidos nas colônias portuguesas, chamados luso-brasileiros por possuírem cidadania portuguesa, foram também responsáveis por diversas viagens filosóficas na sua terra natal, sempre procurando satisfazer seus financiadores, ou seja, a Coroa Portuguesa.

As expedições às terras do além-mar tinham interesses claros, a exuberante natureza do Novo Mundo que encantava a Europa desde os primeiros relatos dos cronistas do século XVI, agora poderia ser estudada, de acordo com as novas teorias científicas, para além de satisfazer os curiosos o estudo pretendia encontrar maneiras de melhor explorar as riquezas naturais da colônia. Muitas destas iniciativas foram desenvolvidas de forma fragmentária e sem continuidade, ao sabor da mudança das políticas ocasionais de fomento, caracterizadas no âmbito do misto de incentivo ao desenvolvimento técnico e combate às reformas políticas que configurou o que hoje chamamos de Reformismo Ilustrado, esta “descontinuidade administrativa” brasileira foi umas das dificuldades para a implantação de instituições científicas, contudo os projetos estruturais na Europa continuaram e mesmo após a queda de Pombal, 1779, Lisboa foi presenteada com a fundação da Academia Real de Ciências, esta por sua vez estimulou ainda mais as viagens filosóficas com objetivos de observação e coleta de dados, com a produção de relatórios pelos viajantes.

⁴ Manuel Arruda da Câmara iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra, porém não chegou a concluí-lo na mesma, conseguindo seu diploma pela Faculdade de Montpellier, na França.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, pouco foi o interesse de conhecer os biomas e biotas, bem como a relação que os índios mantinham com eles. Os colonizadores importaram plantas, animais e seres humanos escravizados para viver e trabalhar nessas terras, ignoraram o saber indígena sobre seu meio, exceto é claro aqueles conhecimentos de interesses imediatos, como o do pau-brasil e a própria busca pelo ouro.

“O canavial hoje tão nosso, tão da paisagem desta sub-região do Nordeste que um tanto ironicamente se chama “zona da mata”, entrou aqui como um conquistador e terra inimiga: matando árvores, secando o mato, afugentando os animais e até os índios, querendo para si toda a força da terra.” (FREYRE, 1982, p.73)

Durante boa parte do período colonial plantas como a cana-de-açúcar, animais como o boi e o cavalo, foram absorvidos pelas terras brasileiras, parecendo para nós hoje muito naturais, como verdadeiros seres nativos da região. Apenas no século XVIII e XIX vemos a presença de viajantes na procura do conhecer o que nativo do Brasil, adquirir “o conhecimento indígena que os primeiros invasores haviam desdenhosamente ignorado, a um custo considerável, recriado e, por último superado” (DEAN, 1996, p. 134). Finalmente o Brasil seria descoberto e as “milhares de espécies da floresta permaneciam sem nome até para os indígenas; milhares de espécies cujas propriedades ainda eram desconhecidas” (DEAN, 1996, p. 134) passariam a ser catalogadas.

Podemos dizer que, talvez, o único conhecimento dos índios que não foi desdenhado pelos colonos brancos europeus estava no saber sobre as plantas de valor medicinal. Mais sensíveis em adquirir doenças tropicais, os recém-chegados ao Brasil assustados com as novas doenças não tinham outra saída além de aceitar os tratamentos com ervas de conhecimento dos índios, este possuíam diversos “medicamentos” para males como sífilis, diarreias e cólicas, mas também tinham conhecimento de contraceptivos naturais. A partir desses conhecimentos indígenas, algumas plantas passaram a ser extremamente procuradas para comercialização, a exemplo da salsaparrilha que serviria de remédio para sífilis.

Muitos dos saberes dos índios a respeito da utilização de plantas e ervas chegaram aos dias atuais como “saber popular”. Durante o século XIX, essas ervas serviram aos farmacêuticos, a exemplo de Antônio Ribeiro de Paiva, que as utilizavam na fabricação de medicamentos, Warren Dean (1996) fala de uma série de plantas medicinais autênticas

encontradas no Rio de Janeiro, naquele período, contudo atentando para as errôneas nomenclaturas e classificações dadas as mesmas.

Para coleta de informações e catalogação das espécies encontradas nas matas brasileiras, os cientistas se basearam em um dos botânicos, zoólogo, médico e naturalistas mais importantes e influentes do século XVIII, o sueco Carlos Lineu. O seu sistema taxonômico no qual os seres são inseridos em uma cadeia hierarquizada, iniciada pela identificação do Reino seguido do Filo, que por sua vez é dividido em classes, dando sequência as informações necessárias para classificação dos seres, com as demais subdivisões de ordens, famílias, gêneros e espécies, juntamente com a nomenclatura binominal, que apesar de não ter sido criada por ele, foi através dele que se popularizou, serviram de base para os estudos de muitos naturalista-viajantes, a exemplo do luso-brasileiro Manuel Arruda da Câmara.

Realizando sua própria leitura do método de Lineu, Arruda da Câmara, passa a classificar as plantas e muitos insetos nativos do Brasil, contudo, a vasta descrição desses seres em seus relatórios de viagens, mostra que para além das classificações através da taxonomia lineana, ele busca reconstituir uma visão da integração dos seres na natureza, neste aspecto podemos notar a influência das críticas de Buffon ao sistema de classificação de Lineu, quando ele expressa a idéia de que este “só podem servir à nomenclatura, jamais à um sistema de natureza que expresse a sua realidade” (PRESTES, 1997, p. 48)

Em sua *Dissertação sobre as plantas do Brasil* (1810), percebemos bem a iteração que Arruda Câmara realiza entre os sistemas de Lineu e Buffon, após realizar a classificação através da definição da classe, ordem e divisão, ele acrescenta descrições sobre a planta, suas flores e inclui informações sobre os usos das mesmas, além da forma de melhor manejar as plantas.

“Admirável é o modo que a Natureza escolheu para a propagação desta planta; porque tendo flores tão perfeitas, com todas as partes sexuais, não produz nem cápsulas, nem sementes, de sorte, que parece ser inútil e supérfluo o aparato dos estames e do pistilo” (CÂMARA, 1982, p.177)

Dentre as diversas pesquisas realizadas pelo médico-botânico Manuel Arruda da Câmara, é notória sua preferência pela botânica à medicina, sem qualquer registro de atuação nesta área, ainda nos resta um estudo mais aprofundado sobre as plantas medicinais que o mesmo tenha classificado, sendo nenhum estudo direcionado apenas a esse objetivo.

Estando os colonizadores, nos fins do século XVIII e início do século XIX, preocupados e interessados em conhecer a natureza colonial, também no intuito de preservá-la, distantes da idéia de conservação ambiental de hoje, mas apenas como forma de garantir uma exploração sem escassez dos produtos naturais, mesmo com diversas teorias e conhecimentos científicos, não puderam os naturalista desconsiderar, como haviam feitos os muitos colonizadores que estiveram ao longo do período colonial brasileiro, os saberes dos índios nativos da região, que nomeavam as plantas pela sua utilidade e conheciam a formas de extrair da natureza o que precisassem, fosse plantas para pinturas corporais, fosse plantas e ervas para cura de pequenas doenças e grandes males.

REFERÊNCIAS

Fontes:

CÂMARA, Manuel Arruda da. Obras reunidas c. 1752-1811. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Recife, XXIII)

VANDELLI, Domingos. Diccionario dos termos technicos de Historia Natural, extrahidos das obras de Linneo, e a memoria sobre a utilidade dos Jardins Botanicos. Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788.

Bibliografias

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; MAGALHÃES, Francisco de Oliveira. As “disquisitiones” do naturalista arruda da câmara (1752-1811) e as relações entre a química e a fisiologia no final do século das luzes. In: *Revista Química Nova*. 20 (4), 1997. p. 445-451

BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. 2 ed. 3 vol. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; RAMINELLI, Ronald. *Andanças pelo Brasil Colonial: catálogo comentado (1503-1808)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

FREYRE, Gilberto. Nordeste. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

GERBI, Antonello. Buffon: a inferioridade das espécies animais na América. In: *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 19-42

GROSBY, Alfred. Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900. Tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio-ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudo biográfico*. In: *Manuel Arruda da Câmara - obras reunidas (1752-1811)*. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p.11-74

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): Edusc, 1999.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ USP, 1997.